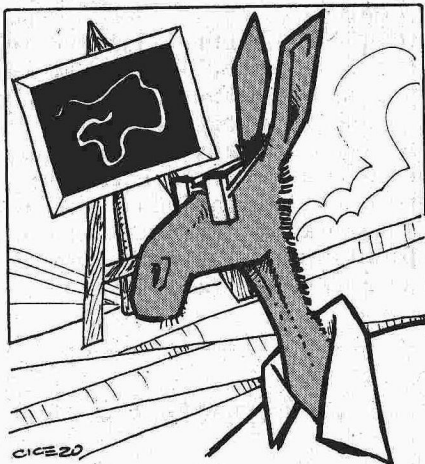


A fábrica de analfabetos

Paulo Elpídio de Menezes Neto

A escola obrigatória e gratuita, de origem confessional ou modelada pela ação responsável do Estado, foi o instrumento da alfabetização e do aprendizado de gerações sucessivas nos países que, hoje, partilham entre si os frutos da riqueza e do progresso. Aí estão eles, ocupando o primeiro escalão das nações desenvolvidas, no centro das grandes decisões, refeitos dos desastres de um passado recente, renovados, fortalecidos por um "capital humano" que vem a ser, afinal, o grande motor dos seus avanços surpreendentes.

Não tivemos, nós brasileiros, a mesma sorte. Perdeu-se o empenho da evangelização pedagógica dos jesuítas diante do desaparego dos nossos colonizadores pelas coisas do espírito. O Estado, das origens lusitanas aos rebuliços da Primeira República, deixou-se levar pela influência dos notáveis da Corte; o povo, como nós hoje o conhecemos, não passou, ao longo de um largo período, de uma ficção, evocada de quando em vez, por ocasião das eleições provinciais. A escola pública foi um acaso e não fez carreira, salvo honrosas exceções que a memória reconhecida dos brasileiros registra. A escola pública — universalizante, gratuita e obrigatória, em outras paragens — veio a ser para nós uma fábrica de analfabetos, a usina da imensa massa de iletrados que constitui a marca vergonhosa dos nossos desacertos. Geramos uma legião de desassistidos pela escola, excluímos contingentes numerosos de crianças e adolescentes das oportunidades que lhes são devidas, de ler, escrever e contar. E o fizemos sem remorsos, às voltas com reformas educacionais, produzindo uma copiosa legislação ao lado de diagnósticos e de uma teorização ingênua sobre óbvio que enche



as estantes esquecidas e afaga o ego de muitos pensadores da educação. A idéia, vagamente concebida em círculos bem-pensantes, que durante muito tempo influenciou as ações governamentais em matéria educacional, de que pouco se podia obrar em favor de uma "democracia educada", a partir do sistema regular de ensino, levou muitos governos a empreender, entre nós, vastas e onerosas campanhas de erradicação do analfabetismo, tendo como alvo os adultos iletrados. Lançamo-nos, assim, embevecidos com o altruísmo das nossas próprias intenções, ao apresamento de uma parte da população — e levamo-la ao "bê-abá", com propósito de arrancá-la à ignorância, fazendo-a usuária do alfabeto e das operações de contar.

Como nada fizéramos para estancar a fonte de onde saíam novos analfabetos, lá no 1º Grau, os poucos que alfabetizávamos na idade adulta eram esmagados pela torrente de novos analfabetos que escapavam por entre a malha do ensino das primeiras letras. E assim caminhamos, por entre Campanhas de Erradicação no Analfabetismo, vimos nascer o Mobral, a

Educação Para Todos, a Educar e uma miríade de iniciativas improvisadas que sorveram recursos milionários e pouco fizeram para impedir o crescimento dos números absolutos de analfabetos no País.

Os índices aviltantes de evasão e de repetência escolar apontam — nestes dias tumultuados em que vivem os que se servem da escola e o próprio Governo, que busca finalmente enquadrar a questão com determinação e consciência da sua responsabilidade — para a gravidade do sistema educacional em face das carências que o comprometem.

Vem do Ministério da Educação a sinalização dada pelo próprio ministro José Goldemberg. As ações que agora se definem situam-se no plano operativo de medidas convergentes que têm o Pré-Escolar e o 1º Grau como prioridades centrais, atendidas por um conjunto coerente de estratégias: 1) qualificação docente, melhoria das suas condições de trabalho e valorização salarial; 2) melhoria da gestão escolar; 3) simplificação e qualificação dos conteúdos curriculares; avaliação do desempenho do sistema educacional; e 4) descentralização do processo com a valorização correspondente dos municípios e dos estados.

Nada existe de novo. De novo só a determinação de convocar a sociedade civil para um grande empreendimento, o de assegurar uma escola de boa qualidade, reconhecendo para tanto a procedência do papel do professor. Deste professor, agente e ator de todo processo de mudança educacional.

■ Paulo Elpídio de Menezes Neto é secretário nacional de Educação Básica